

## **UGT no Ministério do Ambiente e do Planeamento e Infraestruturas**

O Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, liderou uma comitiva da Central que esteve reunida esta quarta-feira com os responsáveis dos ministérios do Ambiente e do Planeamento e Infraestruturas.

A UGT apresentou à tutela as preocupações relativas às questões da negociação coletiva no Sector Empresarial do Estado, mas também discutiu a privatização da TAP e as subconcessões dos transportes urbanos.

No Ministério do Planeamento e Infraestruturas, a Central reafirmou a necessidade de alterar algumas normas introduzidas pelas anteriores Leis do Orçamento do Estado, sobretudo as imperativas e excepcionais relativas ao regime retributivo, nomeadamente no que se refere ao subsídio de refeição, ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho noturno para os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, que provocaram condicionamentos profundos nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

O ministro Pedro Marques foi ainda alertado para a questão da privatização da TAP, sobre a qual a UGT reiterou a posição de que a situação do processo de reversão na privatização é necessário e que a empresa mantenha o controle na maioria do capital.

A UGT lembrou a tutela que sempre manifestou a sua oposição aos processos que conduzissem ao desmantelamento de empresas em função de critérios meramente financeiros, sem que fossem devidamente salvaguardadas a qualidade de prestação de serviços essenciais às populações ou mesmo o próprio interesse estratégico nacional.

Quanto à Infraestruturas de Portugal, empresa resultante a fusão entre REFER com as Estradas de Portugal, a UGT manifestou a sua preocupação relativamente à existência de estatutos laborais e remuneratórios diferentes para os trabalhadores e questionou se a fusão é, ou não para manter.

### **Negociações bem encaminhadas**

No final da reunião, o Secretário-geral da UGT afirmou que o ministro do Planeamento e Infraestruturas teve em conta as preocupações apresentadas pela delegação sindical relativas às questões a introduzir no Orçamento do Estado. Acrescentou que o ministro garantiu que as negociações com o consórcio da TAP estão bem encaminhadas e que existirá uma informação aos trabalhadores da transportadora aérea sobre as negociações no processo de reversão.

O líder da UGT afirmou ainda que no que toca à empresa Infraestruturas de Portugal, o ministro transmitiu à central sindical que não existirá qualquer reversão na decisão de privatização já tomada. “Há uma preocupação do Governo em agilizar e melhor articular os transportes rodoviário e ferroviário, no sentido de criar sinergias para que essa articulação funcione sem retirar recursos nem a um nem a outro”, acrescentou.

### **Concessões transportes urbanos**

Seguiu-se a reunião com o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, onde a UGT apresentou algumas notas também elas no âmbito da normas interpostas pelas leis do Orçamento do Estado anteriores, as questões dos processos de reversão das concessões nos transportes urbanos de Lisboa e Porto e a questão dos complementos de reforma dos trabalhadores da Carris e do Metropolitano.

Deste encontro com a tutela resultou a assunção do compromisso por parte do Secretário de Estado Adjunto, José Mendes, de que a reversão das concessões dos transportes urbanos é um facto e de que apenas será necessário rever as implicações jurídicas e os modelos de gestão a implementar. Comprometeu-se também que em breve será retomado o diálogo com os sindicatos e dinamizada a negociação colectiva nestas empresas.